

**Publicado em:**

Periódico Héstia

Curitiba, V.3, N.1, 2019

[www.periodicohestia.org](http://www.periodicohestia.org)

## **A Arte da Filosofia**

[ou a mão do Artista e a mão do Filósofo]

## **A Arte da Filosofia**

[ou a mão do Artista e a mão do Filósofo]  
(revelação, artista / Idade, coisa)

**Luiz Alberto Thomé Speltz Filho\***

### **I — O que é a mão?**

O grande desafio de um artista não é o de elaborar sua obra, mas, a certa altura, depois de consumir-se no trabalho, reconhecê-la impura e, consciente da sua obrigação, ter de recomeçá-la, deixando para trás apenas o que lhe ilumina o próprio *fracasso*, e também por vezes dá sinais de alguma majestade. Um nobre fracasso! Por isso, pela nobreza, suas obras fascinam — embora esse fascínio, visto como encanto diante do que fora abandonado, também possa ser motivo de pavor.

O que faz com que o artista reconheça a impureza da sua obra, isso permanece um mistério, pois não é questão apenas de notar que o seu artifício não está de acordo com o que fora programado ou planejado, mas o de ver que até o plano mais original (ou o mais bem construído) é falho e assim deve ser interrompido. Mas talvez nisso, nesse mistério, também esteja a graça do artista, pois é quando lhe é dado enxergar com olhos que não são seus, mas do que o supera, do que está acima do seu erro, e somente por isso lhe é permitido perceber a derrota. Ora, como poderia enxergar a impureza da sua obra se não estivesse em uma perspectiva mais casta, mais alta, mais pura, em uma perspectiva fora da confusão, da mistura, da distração, do humano? Está aí então o verdadeiro prêmio de todo aquele que se

---

\* Endereço eletrônico: Luiz.speltz88@gmail.com.

dedica a ou é tomado pela arte: o reconhecimento do seu fracasso desde uma vista elevada.

Mas o que é a arte ou o artista para estar eu falando coisas de certo modo tão absurdas a seu respeito? Ou, pior, como posso me arriscar dizendo algo sobre o seu altivo olhar, como se já o estivesse experimentado ou se alguém me o tivesse relatado? Teria eu de ser um artista para que fosse capaz de responder a essas questões? Quem seria competente para fazê-lo? E, de quebra, que tipo de arte seria essa de falar a respeito da arte? Aliás, seria isso arte?

Ser ou não artista, isso não modifica o que escrevi acima. É bastante provável que muitos praticantes e conhecedores da arte me obliterem dizendo que nada do que falei está correto. Podem dar explicações variadas para o fenômeno artístico e até mesmo dizer que não há mistério para o que descrevi. Mas por que diriam isso? Saberiam a respeito do que falam? Ou, melhor, teria o artista olhos para si mesmo? Se não, como poderia ele então saber se falo algo de apropriado ou não? Que o artista experimenta um olhar mais puro sobre o seu trabalho (e, assim, sobre o seu fracasso), isso é o que está dito, mas não é certo que ele consiga ter olhos para si.

Que tipo de olhar, então, deveria ele ou qualquer outro personagem experimentar para que se o soubesse? Nos dias de hoje, arrisco-me a dizer, uma possibilidade de resposta seria a de que é preciso experimentar o olhar da filosofia, pois ouvi falar: *ela é aquilo que faz com que as coisas sejam vistas tais como são*. De onde veio essa expressão eu não sei, mas certo é que, se o dito for genuíno, então o filósofo é aquele que pode experimentar o olhar capaz de ver o que tudo é — *e como é*. Desse modo, por óbvio, o filósofo também pode ser aquele que vê e portanto sabe o artista. Mas estaria correta essa minha visão da filosofia? Quem poderia responder a essa pergunta?

Apenas o filósofo, pois não há mais quem me pareça ser responsável por *saber o que ele mesmo é* e o que faz. Então aqui surge um grande problema: como e onde encontrar um filósofo?

Se eu dissesse “não há por que procurá-lo, ele está aqui, creiam-me, o que escrevo é desde o olhar da filosofia, e é desde esse olhar que eu falo algo sobre ela”, seria o suficiente? Não, certamente, mesmo porque disse acima que a visão exposta de filosofia é aquela que ouvi falar, e não a que eu mesmo quis afirmar. Devo então, no máximo, dar prova de que a experimentei, e assim confirmar o que ouvi e reproduzi. Mas há como fazê-lo? Parece-me que a prova de que algo ou alguém é filósofo deve ser distinta daquela do artista. O tipo de obra é outro. Pois, como provar que se está vendo as coisas tal como elas são? É uma questão.

Também ouvi dizer que filósofos às vezes escrevem textos, porque falam. Um texto então seria o suficiente? E o que nele deveria ser dito? São mais questões. No entanto, não é suficiente apenas respondê-las, é preciso também pensar em quem seria capaz de reconhecer se a obra é de fato obra de um filósofo. Pois bem, se o olhar da filosofia é o único que faz ver as coisas elas mesmas, então é justamente esse olhar o único capaz de fazer com que se saiba a obra do filósofo e assim se a distinga das demais. À vista disso, reelaboro o problema: onde estão os filósofos para ver o que é ou não obra de filósofo?

Ademais, o que significa dizer que filosofia é aquilo que faz com que as coisas sejam vistas tais como são? Talvez o que esteja implícito nessa afirmação é que somente na perspectiva da filosofia tudo possa genuinamente aparecer. Fora dela, nada é como é, ou seja, nada efetivamente é visto. Assim, se não se é filósofo: ou o que aparece ao redor (o que se vê) não é tal como é visto; ou ele é, mas

não se o reconhece, de modo que, em verdade, não é visto. O filósofo, por outro lado, vê e reconhece o que vê, e tudo que vê também é tudo que reconhece e vice-versa. Logo, *ele é o único que vê!* — O que me parece algo bastante assustador.

Mas que legitimidade tenho eu para falar a respeito da filosofia e do filósofo? Não importa, pois a questão mesma não é a filosofia, mas o que se vê (o que aparece) — e como se vê. A filosofia é apenas um nome para o que é capaz de fazer com que tudo apareça tal como é. Por certo, esse nome também pode dar algum rumo, ele pode dar uma pista do que é preciso procurar — embora nada garanta que o que se fale sobre ele seja de fato apropriado. Então, por agora, não pensemos nisso, pensemos apenas no que pode ser isso que faz com que vejamos tudo tal como é (ou, melhor, pensemos no que fez surgir “filosofia”). Seria isso uma técnica, um método para que se possa ver o que aparece, isto é, um caminho para que se veja e se saiba o *aparecimento*? Algo um tanto esquisito, pois é o mesmo que dizer que é preciso uma estratégia para que se olhe o que já se está olhando, para que se veja o que está logo à frente. Por que seria preciso um método para isso? Ora, arrisco-me a dizer: simplesmente porque foi perdida ou não foi desenvolvida a *atenção* para o que está aí, aparecendo. Basta que se experimente olhar para qualquer coisa para que se o prove. Que se olhe, por exemplo, para a própria mão. Uma atitude um pouco ridícula, é verdade, mas tomemo-la como uma oportunidade. A mão, quantas vezes ela já esteve diante dos nossos olhos? Muitas, certamente. Mas, quando isso foi feito, o que fora visto? O que é a mão? Conseguiríamos responder a essa questão, ou teríamos de procurar alguém que já o fez para nos orientar? Conseguiríamos sozinhos ver a própria mão? O que então percebemos? Ou, o que devemos perceber? Sabemos ao menos por

onde começar? Antes de tentarmos responder a essas questões, talvez fosse preciso começar por uma mais simples:

Olhar para a mão seria o mesmo que vê-la? Não. Olhar é estar de frente para algo, ver é sabê-lo e, de certo modo, reconhecê-lo. Quando estamos diante da nossa mão, o que olhamos e o que vemos é o mesmo? Conhecemos a diferença? Se não, como poderíamos dizer que vemos algo? Não poderíamos. Tampouco, aliás, poderíamos dizer que olhamos, pois, não *reconhecendo* a diferença entre olhar e ver, o nosso olhar é sempre vacilante, perdido, confuso, sem ter por que procurar. É preciso antes *ver* (ou, ainda, é preciso *já ter visto*), para então poder olhar, de modo que tudo que olhamos é também tudo que vemos. Por enquanto, se presos na confusão entre ambos, a nossa mão ou, melhor, todo o mundo estará sempre na condição de um grande enigma, como se nada tivesse sido visto e nada pudesse ser olhado.

Mas, se não tenho como ver nem olhar minha mão, como, quando me perguntam sobre ela, levanto-a e digo “está aqui a minha mão”? Como poderia levantá-la se não a soubesse? Pois bem, muito facilmente, diante de tal atitude, *se mantendo dúvida* sobre como posso levantar minha mão sem que a saiba, então um sábio poderia me dizer: “levantaste a mão errada”.

Observemos um exemplo dessa confusão/ perdação, algo que me foi contado por um professor do ensino básico. Estando diante dos seus alunos, questionou-os sobre se era a Terra que girava ao redor do sol ou o sol ao redor da Terra. Eram alunos de onze anos, e escutando a pergunta todos se puseram a rir, achando que aquilo se tratava de uma piada. O professor insistiu na questão, e então um dos galhofeiros lhe respondeu “é óbvio que a Terra ao redor do sol”. “Óbvio certamente não é”, disse o professor, “de onde veio isso que

nos afirmais?”. Uns disseram que haviam visto vídeos a respeito do assunto, outros que o professor de alguma matéria os havia ensinado etc. “Mas alguém já viu, com os próprios olhos, a Terra girando ao redor do sol?”. Com algum estranhamento — e talvez vergonha — diante da questão, ninguém a respondeu. O professor então os convidou a passar o dia olhando para o céu e relatando o que viam. Foram. Espantados com a situação, pois poucos ali haviam realizado qualquer exercício dessa natureza, e notando o sol muito vagorosamente atravessar o céu, alguns alunos passaram a comparar o que viam com o que haviam aprendido em outras disciplinas. O professor, então, a certa altura, perguntou-lhes “estais vendo o sol atravessar o céu, correto?”, todos responderam que sim, embora pela força da luz nenhum deles o conseguisse olhar diretamente, e ele continuou “isso, sim, é óbvio, é o que pode ser notado com mais seriedade, porque é isso que está ao vosso alcance e que negligenciais com facilidade”. Os alunos ficaram um pouco assustados, sem saber o que dizer, mas já depois de algum tempo estavam eufóricos, discutindo sobre a pertinência do que recebiam como informação, sobre como desde a perspectiva que vivenciavam tudo era diferente etc., e assim foram até o final da aula.

Depois de alguns dias, o professor lhes repetiu a questão sobre se era a Terra que girava ao redor do sol ou o sol ao redor da Terra. Agora a questão fora recebida com outro ânimo, já não se riam e pareciam interessados em tentar responder. Um aluno pediu a palavra e com firmeza disse “é o sol que gira ao redor da Terra, eu mesmo o presenciei”. Outro então falou “não, é a Terra que o faz, mas nós não conseguimos perceber olhando apenas para ele, foi o que o professor de ciências me falou”, a que, em tom mais irritado, alguém retrucou: “como é possível crer com mais segurança no que o professor de ciências diz do que nos próprios olhos?”. E em menos

de trinta segundos a sala se tornara um campo de guerra, todos apresentando opiniões distintas sobre o assunto e as defendendo como fanáticos. O professor deixou a batalha se desenvolver, sem interromper, até que uma menina o alertou de que o clima estava ruim e as ofensas muito pesadas. Ele então pediu a palavra. “Por que dessa discussão? Estais presos a uma polêmica pueril e permanecéis sem pensar no que fora proposto. Vede como estais cegos para tudo. Perguntei algo sobre a Terra e o sol, e nenhum de vós notou que para estabelecer uma *relação* entre ambos é necessário não vê-los, pois, quando queremos olhar para o sol, a Terra não é vista; e quando olhamos para a Terra, o sol desaparece. A Terra e o sol que imaginamos, para que os relacionemos, não são a Terra e o sol que vemos com os olhos. Desse modo, pouco importa se é o sol que gira ao redor da Terra ou a Terra ao redor do sol, pois nada disso nós percebemos, mas conjecturamos, ou seja, supomos uma relação estrita entre ambos na medida em que não os olhamos”. Tendo escutado, os alunos ficaram em silêncio, assustados e com receio de dizer que nada haviam entendido. O professor, notando o deslize, quis ser mais claro. Convidou-os novamente a passar o dia olhando para o céu e, enquanto o faziam, perguntava-lhes se estavam vendo a Terra girar ao redor do sol ou vice-versa. A resposta era sempre a mesma, “não estamos vendo nada disso”. Depois de algum tempo, no entanto, um aluno pegou lápis e papel e rascunhou algo: na base da folha havia uma linha sob uma figura humana e na parte superior uma circunferência em amarelo com uma seta logo ao lado, indicando que sua trajetória era quase paralela à linha da base. Ele então disse, apontando para o desenho, “esse aqui sou eu, essa linha é o chão onde pisamos e a circunferência, o sol, que percorre o céu. Como o sol caminha em apenas uma direção [apontando para a seta] e depois de vinte e quatro horas reaparece no mesmo ponto, não há dúvida de

que o seu trajeto é circular (ou, se não o for, é pelo menos cíclico, pois ele sempre reaparece no mesmo ponto), de modo que ele gira ao meu redor e, mais amplamente, ao redor da Terra”. Com um pequeno sorriso no rosto, o professor serenamente falou “temos então aqui dois sóis: esse, do teu desenho, e aquele, que está no céu; de qual deles estamos falando?”. Um pouco atônito, o aluno respondeu que estavam falando do sol que aparece no céu, pois o seu desenho era apenas uma *representação* daquele, tal como uma figura mental também o seria. “Mas tu desenhaste essa representação olhando para o sol?”, perguntou o professor. “Não, pois não o consigo fazer, pela intensidade da luz”, respondeu. “Então como o fizeste?”. “Observei o seu reflexo no vidro, que diminui o clarão”. Mas o professor continuou: “a figura no vidro não seria também uma representação do sol?”. “Sim”. “Então essa, da tua mão, é uma representação da representação?”. “Sim”. “Desenhaste o sol sem olhar diretamente para ele?”. “Sim”. Depois dessa terceira afirmação, o aluno emendou uma justificativa na qual dizia que o sol não era a figura mais importante do exercício, pois a pergunta girava em torno de uma *relação* entre o sol e a Terra; mais especificamente, sobre o movimento de ambos, e não sobre cada um deles. “Muito bem, chegaste a um ponto importante; porém, diz-me, no desenho, onde está a relação entre o sol e a Terra, se era esse o teu objetivo?”. O menino ficou olhando para o papel sem saber o que dizer. Então o professor falou “a relação entre as duas coisas, tu não a vêsl? Ou o que poderia ser ela? O papel, pois coloca as figuras em um mesmo plano? O espaço, no caso de considerarmos a Terra em que pisamos e o sol que está no céu? O que é uma relação, onde ela está?”. Assustado, o aluno disse “eu realmente não vejo a relação entre as duas coisas”. “Assim”, disse o professor, “estás me dizendo que para fazer o desenho não precisaste olhar diretamente nem para o sol nem para a Terra e que

tampouco a relação entre ambos pudeste ver?”. “Sim”. “Então de onde veio esse teu desenho? Como o fizeste?”. “Eu não sei. O senhor nos pediu para observar se era a Terra ou o sol que girava ao redor do outro, eu apenas quis provar que da minha perspectiva o sol era que girava ao redor”. “Nisso está o problema: tu não olhaste para o que está ao redor, aparecendo, tu apenas quiseste ver o que supunhas ver, isto é, tu procuraste o que querias na visão e não deixaste a visão ser vista”. Tendo isso dito, pediu ao menino que, não podendo pôr os olhos na direção do sol, o fizesse na direção da Terra. “Em que parte da Terra?”, o jovem perguntou. “Na Terra, nisto que nos está sustentando em pé”, o professor respondeu. Ele olhou para baixo e ficou a observar o chão, sem saber por que procurar. “O que estás vendo?”. “O chão, a grama, a terra preta...”, respondeu-lhe. “Quero que olhe apenas para a Terra”. Chateado, o menino disse “estou muito próximo da Terra, não consigo vê-la toda, apenas as suas partes, isso que a compõe; se pudesse me afastar, indo para cima, talvez a visse como é”. “Estás dizendo que a Terra é mais do que isso que os teus olhos veem, certo? Como o sabes?”. “Sei porque já estive em outros lugares muito distantes que não apenas neste no qual estamos”. Ao que o professor disse: “estás supondo que lá de cima, desde o céu, podes ver toda a Terra. No entanto, não sendo ela isso que os teus olhos veem, não te passou que a sua extensão pode ser tão grande que nem em altitudes extremas poderíamos vê-la inteira? Ou seja, a Terra não poderia ser infinita?”. “Isso não é possível”, disse o aluno, “pois a Terra é limitada, tem sua forma arredondada, como uma laranja”. “Está aí novamente, rapaz, esse é o problema: quando pedi que olhasses para a Terra, não o fizeste, porque querias vê-la como uma grande massa arredondada, como uma laranja. Estás entendendo? O teu juízo prévio sobre ela fez com que não a visses agora, de imediato, pois quiseste encontrar o que teus olhos não têm

como ver”. “Mas o que esperavas que eu quisesse, já que aprendi que a Terra é uma grande massa redonda? Se entendias outra coisa por ‘Terra’, deverias tê-lo dito antes”. “Eu o fiz, tu não me escutaste... Mas supõe que não o tenha feito e que agora diga que Terra é tudo que, abaixo do céu, está ao nosso redor. Conseguirias tu ver a Terra?”. “Sim, a estou vendo”. “O que vês?”. “A árvore, a grama, o muro, tu, a flor...”. “Cada uma dessas coisas que me estás descrevendo é a Terra?”. “De certo modo, sim, pois são partes do que está ao redor”. “E se cada uma dessas coisas fosse substituída por outra, ainda teríamos a Terra?”. “Sim, ainda a teríamos”. “Então cada uma dessas coisas, em particular, não é a Terra?”. “Não”. “Então, quanto tu vês cada uma dessas coisas ou apenas uma porção delas, tu não estás vendo a Terra, correto?”. “Correto, não estou”. “Quanto tu a vês?”. “Quando olho tudo ao redor”. “Mas o que tu vês quando olha ao redor?”. “As coisas”. “Consegues vê-las todas juntas?”. “Não, ou vejo umas ou vejo outras”. Então o professor fez a seguinte questão: “se essas coisas, cada uma delas ou uma porção delas, não são a Terra (pois ela é *tudo* ao redor), então tu não a vês em momento algum, correto?”. E o menino respondeu “correto”. “Não a vês porque queres que ela seja tudo, ou seja, todas as coisas ao redor, certo?”. “Sim”. “Mas tu já viste todas as coisas ao redor?”. “É claro que não”. “Então querias ver o que nunca viste?”. “Sim, é isso que quero”. “Mas, se nunca viste todas as coisas, como saberias que as teria encontrado?”. “Pelo que parece, não tendo visto, não o saberia”. “Então não consegues ver o que procuras e tampouco sabes o que isso é, correto?”. “Correto”...

Esse diálogo durou ainda mais, terminou apenas quando outros professores reclamaram o tempo. O que era preciso, no entanto, aparecera: a *confusão* entre olhar e ver. Não dá para dizer que os alunos entenderam o que estava acontecendo. Não dá nem para

dizer que o professor ou o seu interlocutor o fizeram. Mas a cada passo do diálogo ficava mais evidente isto, a origem da confusão: temos a tendência de olhar para as coisas com interesse que não é o interesse na própria coisa, de modo que normalmente olhamos ao nosso redor querendo ver aquilo que não é ele próprio — e assim perdemos as coisas de vista, perdemos o que já nos tem aparecido. Para ver esse *modus* em uma metáfora: se pudéssemos considerar que tudo ao nosso redor é a fala do Criador da Vida, diria que, ao invés de escutá-la, nós a interrompemos, na medida em que tentamos falar dela (sem falar junto com ela e sem falar o mesmo que ela) — e nisso perdemos de reconhecer a voz da criação. Como surdos, como cegos, como incapazes de notar o que importa. Assim nos mantemos afastados do Criador, da nossa *liberdade*, e nos encontramos no humano, a nossa prisão. É como se estivéssemos presos em uma cela sem grades, e não escapássemos justamente porque ficamos “planejando” como escapar, ou seja, passamos a vida lutando por nos libertar do que já é a nossa liberdade... Há pior prisão?

## II — O interesse na coisa e o interesse em ver a coisa

Voltando ao exemplo da mão: olho-a, mas o que quero ver? Meu interesse é na mão, na minha mão, ou quero outra coisa quando a coloco em frente aos olhos? Que coisa seria essa? Digamos que eu *queira ver* a minha mão, nada mais. Mas o que isso significa? O que é o meu *querer ver a minha própria mão*? Isso é um interesse *na* mão ou um interesse *em vê-la*? Se é um interesse em simplesmente vê-la, teria como consegui-lo? Aliás, qual a diferença entre **i) interesse na coisa** e **ii) interesse em ver a coisa**? Essa parece ser uma distinção bastante importante.

i) O primeiro, o *interesse na coisa*, é pouco compreensível, pois é de rara experimentação. Ele é como um entregar-se à coisa mesma, sem interesse outro, sem expectativa. Em outros termos, é um estado de atenção total ao que está aí: um se largar e se dispor para o que aparece, sem querer ir além ou aquém, sem querer fazer ciência ou coisa parecida. É assim um estar na coisa, sendo a coisa, mas sem pensá-la ou vê-la *como* uma coisa. Vê bem, *coisa* aqui é o nome para o que aparece — enquanto aparece. Apenas isso. Quando digo “entregar-se à coisa mesma”, quero dizer “entregar-se ao [ou, mesmo, *ser* o] aparecimento”, não como uma entrega à forma (ou figura) do que aparece, mas àquilo que é a coisa enquanto aparecimento. Aliás, coisa e aparecimento, aqui, são o mesmo. Se quisermos voltar à metáfora da fala do Criador da Vida, o “entregar-se à coisa mesma” é o mesmo que “escutar a fala do Criador” (é o mesmo que se abrir para a liberdade). Esse *escutar* não é simplesmente pôr o ouvido na direção da fala, isto é, não é pôr os olhos contra a coisa, pois isso nos daria apenas uma figura, mas *deixar a coisa ser vista a partir dela própria*. A figura da coisa não é o que é a coisa mesma, não é o aparecimento, mas uma *abertura* para ele. Isso é um pouco esquisito, mas talvez com um exemplo a expressão melhore. Pensemos em uma flor. Qualquer flor. Pode ser uma flor amarela... Vejamos, quando falo o termo “flor”, de imediato o entendemos, e fazemos isso sem que a nossa atenção se restrinja às letras que o compõem. Isto é, a flor não aparece nas letras, na forma, de “flor”, mas a sua forma aparece desde o sentido mesmo de flor ou, melhor, desde a própria flor, desde o aparecimento-flor. Esse aparecimento-flor também não é a figura da flor, não é aquilo de que podemos tirar uma foto ou pintar ou desenhar, mas o que está sempre aí, aparecendo, e que nós não vemos porque confundimos a figura com o aparecimento, é dizer, confundimos a *abertura* da flor com a *própria* flor, como se não

diferenciássemos uma porta do que a atravessa. *A figura é a porta, o aparecimento é o que a atravessa.*

Se retomarmos o diálogo entre aquele professor e o seu aluno, veremos que há uma parte em que o jovem mostra um desenho em que o sol aparece. Nisso, o professor diz “temos então aqui dois sóis: esse, do teu desenho, e aquele, que está no céu”. O menino então responde que o sol do desenho é apenas uma representação do sol que está no céu. O professor não sabe ou não quer brincar com o assunto, e perde de tentar entender que não há representações do sol, como se pensara, mas aberturas para o mesmo. Em verdade, na discussão, havia três aberturas mais bem apontadas: o desenho, o termo “sol” (falado por ambos) e o sol do céu (sem contar a sua réplica no vidro). Tudo isso era apenas abertura para o aparecimento-sol ou, se quisermos forçar a coisa, era apenas abertura para o sentido-sol, que estava, ali, sempre aparecendo, mas não pôde ser visto nas [ou como] aberturas (enquanto aberturas).

Isso me lembrou de uma história contada por outro professor. Disse-me ele que, em viagem, passeava com sua filhinha quando encontraram um cavalo. A menina lhe perguntou que animal era aquele, e o professor respondeu: “é um cavalo”. Admiraram-no por um momento e logo se puseram a andar, conversando sobre o que viram. Dias depois, em um ônibus, voltando da viagem, a filha apontou para algo que a deixara eufórica: “papai, papai, olha o cavalo, ele está aqui”. Ele olhou pela janela e o viu, mas disse à menina: “não, minha filha, esse é outro cavalo, aquele que nós encontramos antes está lá trás, bem longe”. Ela ficou um pouco confusa, não entendia como poderia haver dois cavalos, e permaneceu admirando o animal até perdê-lo de vista... Nenhum dos dois percebeu o que acontecera ali. O professor não viu que a menina estava mais próxima do

sentido-cavalo, e por isso quis ignorar a diferença entre as aberturas do sentido (todos os cavalos, para ela, eram apenas um cavalo); e a menina não viu que o seu pai estava mais próximo da abertura, o que o fez querer ignorar o sentido. Assim, ambos permaneceram na confusão entre abertura e sentido, perdendo de vista tanto um quanto outro, deixando sempre o cavalo para trás, tal como fazemos cotidianamente com o sol e tudo o mais...

Embora me pareça ter ficado claro, alguém ainda poderá perguntar se o sentido-sol de que falamos está oculto, se ele se esconde atrás das suas figuras etc. Mas a resposta é “não”, pois, verdadeiramente, é só ele que aparece, o resto é apenas meio de aparecimento: fenda, vacuidade, hiato, nada. Tanto o sol do céu quanto o sol do desenho, ambos são aberturas para o aparecimento-sol e ambos, portanto, só “aparecem” desde ele. Por óbvio, há uma diferença entre as aberturas: há aquela que mostra mais, isto é, há melhor abertura... E aqui aparece um ponto interessante, embora não queira tocar nele, pois a consequência de fazê-lo seria a de ter de abandonar tudo que disse acima e também neste parágrafo. Tecerei apenas pouco a respeito.

Falei há pouco que o aparecimento-sol é aberto pelo sol que atravessa o céu, mas o fiz tendo como referência a própria abertura (isto é, a figura-sol ou, ainda, o sol que os olhos veem), por isso pude identificá-lo apenas em alguns lugares, como no desenho do aluno ou nos termos que o falam. Isso talvez tenha sido um terrível erro, pois o aparecimento não é determinado pelas suas aberturas, mas ele as determina, na medida em que é só ele que efetivamente aparece. É por isso que a abertura é percebida: o aparecimento aparece e de certo modo *revela* por que (ou por onde) aparece. Nesse sentido, não é possível tomar como referência do aparecimento-sol o sol do céu (a

figura-sol), pois este, na verdade, pode ser apenas sombra (perfil) do que é de fato o aparecimento-sol. Aliás, no próprio nome “aparecimento-sol” pode haver um erro, pois sol (termo que resume “sol do céu”) já é sombra de algo que de modo algum pode ser sombra. O sol do céu é revelado pelo que não tem nome e tampouco figura, pelo que não é um círculo luminoso que faz dia. Mais certo, portanto, seria dizer que o sol do céu é meio de aparecimento de algo que não é a própria abertura que nomeamos “sol”, mas algo indizível e que talvez seja também responsável pela *revelação* de tudo que temos ao nosso redor. Assim, é possível que tudo seja apenas abertura para isso que *não se diz*, de tal modo que a diferença entre uma abertura e outra (isto é, em meio a isso que nos é revelado ao redor) seja somente uma diferença hierárquica: melhor é aquela que mostra mais o que é só aparecimento — e que tudo revela. O que isso significa? Eu acho que não o poderia explicar (por pura ignorância), mas me parece que entender a diferença entre *abertura* e *aparecimento* está intimamente ligado à ideia do saber (no sentido de *experimental*) o que tudo é — tal como é. E é isso que estou dizendo que se experimenta com os olhos da filosofia (na medida em que o seu caminho é percorrido), quando há pura e exclusivamente o *interesse na coisa*. A essa experiência da filosofia ou ao modo como ela ocorre, cada filósofo dá um nome, e esse nome é apenas o que é determinado pelo aparecimento, mas não o próprio aparecimento, ou seja, o nome é também sombra — não é para ele que se deve olhar.

Não quero dizer, com isso, que é preciso entender *conceitualmente* a diferença entre abertura e aparecimento para que se experimente o que tudo é. Em verdade, o negócio funciona de outro modo: antes é preciso saber o que tudo é, para que junto da experiência a diferença entre abertura e aparecimento apareça. Para isso, porém, é preciso prudência (algo de que falaremos adiante).

ii) O segundo, o *interesse em ver a coisa*, esse já nos é mais aparentado, pois é o que o cotidiano sinaliza. Consiste no empenho em tentar *descobrir* [e também entender] *o que é a coisa*. Esse interesse parece ter início no [ou mesmo se manifestar como] *espanto* diante do que há, diante de tudo. Ele se revela no estranhar a existência. Ou, em outros termos, ele surge com o reconhecimento — e sentimento — da própria ignorância; com o saber não saber o que acontece, com o saber não saber o que está aí, à frente; com a desconfiança diante de tudo que nos rodeia, de tudo que é revelado, de tudo, enfim. Embora nem sempre tenhamos consciência desse saber não saber. O esquecimento do espanto é também o seu grande sinal.

Eu diria que o *interesse em ver* é o estado que antecede o *interesse na coisa*, pois é como um primeiro esforço na “direção” do aparecimento — algo ainda bastante pueril, imaturo, vacilante, mas talvez inevitável. Em uma metáfora (que será bastante importante a partir de agora), esse interesse é como o empenho matinal de ajustar a vista logo que os olhos se abrem pela primeira vez: tudo se mostra de modo bastante confuso, embaçado, nada é efetivamente visto, e o que se busca é apenas poder enxergar definitivamente. É esse esforço de *tentar ver*, essa *tentação*, que por ora experimentamos e que nos revela a nossa condição. Isso é a insistência em procurar entender o que nos cerca, é o querer — e, por isso, ter de — descobrir o que já está aí, manifesto, mas que ainda não distinguimos, não observamos *tal como é*.

No entanto, embora seja esse o estado que antecede o *interesse na coisa*, não é ele a *sua causa*. Pelo contrário, é justamente o abandono do *interesse em ver* que faz surgir o *interesse na coisa*. Isso porque o interesse em ver é um estado surgido em um *desajuste* momentâneo, de modo que a busca é pelo meio certo de ver (ou está em buscar ver)

e não pela coisa mesma. Levantemos a mão direita e a observemos. Mas observar o quê? Que quero eu ver em minha mão? Quero apenas vê-la, nada além disso. Mas como? O que é isso, a minha mão? Ela está diante de mim, mas não a sei ou não a sei experimentar. Não basta colocá-la à frente, pois o que me move a fazê-lo não é o interesse na mão, mas o interesse em minha capacidade de entendê-la, de perscrutá-la. Nisso há um grande problema: se não temos em vista essa diferença de interesses, é bastante provável que nos esqueçamos de nossa incapacidade de ver e assim permaneçamos *confundindo* abertura com aparecimento.

O interesse em ver, quando não acompanhado da prudência, faz com que queiramos desenvolver os mais variados *métodos* para a visão da coisa. A ciência, enquanto aquela que busca investigar realidade, é isso. A questão é que, não distinguindo figura de coisa, toda ciência, por mais sofisticada que seja, é apenas um aprofundamento na *confusão*. Ademais, não sem razão, não sem algum critério, esses métodos nos fornecem uma série de resultados, os quais, muitas vezes, são tomados como aquilo que é o aparecimento. A questão é que o critério que domina esses métodos é também aquilo que determina o modo como a coisa deve ser entendida, de modo que a coisa mesma é tida como algo determinado, o que é um absurdo (!), pois não é a coisa que é [ou pode ser] determinada, mas as suas aberturas. Em outros termos, para retornar a um de nossos exemplos, não é o aparecimento (enquanto aparecimento) que é determinado pelo sol, mas o sol determinado pelo aparecimento, na medida em que aquele lhe serve de meio, de abertura.

Ou seja, não podendo ver [e querendo fazê-lo], empenhamo-nos nos mais variados caminhos para a *conquista* da coisa, mas nos esquecemos de que esses recursos não no-la garantem, apenas fazem

com que aquela dor inicial de abrir os olhos pela manhã se acalme. É como se, incomodados pelos feixes de luz das primeiras horas do dia, fechássemos suficientemente a janela para evitar o sofrimento causado. Quase todos os métodos de investigação natural consistem nisso: nesse fechar a janela, nesse impedir a aproximação plena da luz, *nesse determinar a coisa*, determinar o aparecimento (que é o que tenho chamado de “luz”). O problema no entanto não é fazer isso, pois deixar a janela aberta *talvez* fosse ainda mais prejudicial à vista, mas o esquecimento do feito — e também, e principalmente, do motivo que nos levou a fazê-lo: a nossa falta de preparo para a iluminação. E por que seria um problema? Porque, com isso, com o esquecimento de que passamos de um estado em que tudo estava embaçado pelo desajuste à luz para um estado em que tentamos ajustá-la à nossa condição, esquecemo-nos também de que é preciso abrir novamente a janela. Nosso empenho deixa de ser no querer que os olhos se tornem prontos para o aparecimento, e passa a ser no querer ver o que a pouca luminosidade nos permite, isto é, o esforço reside em saber o que não aparece (que é obscuro, que não é nada) — o que é muito estranho, mas está no cerne das mais apuradas investigações científicas. Todo o nosso esforço tem sido em *ver a coisa* simplesmente porque nos mantemos desajustados ou, melhor, porque temos nos ajustado ao desajuste, sem conseguir ver nada; e assim cada vez mais nos esquecemos da luz, cada vez mais não nos permitimos abrir a janela. Há, é verdade, aqueles que ainda se empenham em tentá-lo, mas o fazem de modo tão abrupto e sem aviso, que o susto e o sofrimento fazem com que, antes mesmo de conseguir distinguir o que quer que seja, eles imediatamente a fechem e se aprofundem novamente na escuridão. Em suma, o interesse em ver a coisa pode nos colocar em um ciclo de acontecimentos capaz de nos distanciar ainda mais da coisa.

Mas, supondo ser a filosofia um método (como já ensaiei acima), por que ela não seria também algo que nos meteria ainda mais na escuridão? Aliás, por que seria ela justamente a responsável por nos tirar da obscuridade e assim nos fazer suportar e nos ter com a luz? Porque talvez ela seja o único método em que o interesse em ver a coisa é subordinado à coisa, e não à vista. Não mais importa ver, agora importa a coisa. Com a prudência, o interessado em ver se reconhece como interessado no aparecimento. Em outros termos, *enquanto a ciência (como método de investigação ou como busca/ construção de um método) procura ajustar a luz à vista, a filosofia tenta ajustar a vista à luz (ou, melhor, deixa com que a vista o faça por si)* — e assim, além de se ter com a luz, o filósofo (que é o partícipe da filosofia, na medida em que a percorre) se torna uma sua abertura, uma janela através da qual ela pode atravessar mais livremente que as demais. Daí o filósofo — o genuíno filósofo — ser uma figura terrível, assustadora, que apenas poucos suportam admirar “a olho nu”.

Mas que caminho é esse, o da filosofia? Que caminho é esse que faz surgir o filósofo? Seria ele o do curso acadêmico dos institutos superiores? Seria o da leitura de alguns pensadores? Seria ele aquele que buscamos nos mestres antigos e também nos mais novos? Não, nada disso. O caminho da [ou para a] filosofia é o *caminho da espera...*

Quando despertamos, nossos olhos estão sensíveis à luz, de modo que nos incomodamos com ela. Nossa reação imediata é procurar um ambiente em que eles não sofram demais. Não queremos ficar nesse ambiente por muito tempo, apenas enquanto ainda não conseguimos suportar o clarão intenso. Assim, na sombra, aos poucos, quando mais naturalizados (ajustados), tentamos avançar na direção da luz. É preciso, no entanto, observar que nosso trabalho não foi o de ajustar o olho, tivemos apenas de *deixar que acontecesse*. A

esse *acontecimento*, a esse processo de ajuste (ou a isso que permite o ajuste, ajustando-se), dou o nome de “Idade”. Com o aparecimento se dá o mesmo. A Idade é a ajustadora (ela é assim a Justiça: não a justiça moral, dos humanos, mas a Justiça Fundamental, que rege a abertura do aparecimento), e quando digo que o filósofo ajusta a vista à luz, digo na verdade que ele se deixa ajustar pela Idade, e assim mantém coragem para lentamente ver. O acontecimento se dá na espera — e a espera, de certo modo, é o acontecimento.

No entanto, para que o filósofo se faça nascer, dois sentimentos/ entendimentos devem lhe ocorrer: o primeiro é o entendimento de que, mesmo a luz sendo terrível à primeira vista, ela é o único horizonte de visão (ou seja, só ela é que deve ser — e é — verdadeiramente vista); e o segundo é o de que não se pode fazer nada para a conquista da luz senão se ajustar à Idade e se manter pronto para seguir adiante no momento adequado. Dificilmente alguém alcança esses sentimentos, normalmente o caminho é outro: foge-se da luz (do aparecimento) e, no impulso de ver, o que se tenta é enxergar sem ela... Esses sentimentos são o que aflora ou o que vem junto com a força da experiência do que citei há alguns parágrafos: a prudência. É preciso, portanto, experimentá-la. E o que é isso, a prudência?

Prudência é o servir a [e à] Idade, é o se entregar à Justiça ajustando-se a ela, e isso só acontece [isto é, só se alcança prudência] quando se perfilha o próprio fracasso e morre a presunção, quando se reconhece o cansaço da vida na escuridão. E como é que se cansa dessa vida? O que se deve fazer para se cansar? Nisso, não há segredo, pois cansados já todos estamos (e o *interesse em ver a coisa* é sinal claro de nossa situação). A humanidade é isso: o cansaço. O problema é ter de reconhecer e não ter de — e de certo modo não poder — lutar

contra isso, é ter de reconhecer a nossa vivência na escuridão e não ter de tentar ver mais do que se pode e tampouco evitar a luz.

De forma estranha, não há relação de causa e efeito entre os entendimentos do [ou para ser] filósofo e a sua prudência: a experiência daqueles é o acontecimento desta e vice-versa, e tudo isso apenas como aceitação e compreensão do caminho da filosofia.

Dizem os filósofos que nós sempre já estamos à porta do aparecimento, mas não a conseguimos abrir porque nos esquecemos de que para isso é preciso não querer fazê-lo, pois quem tem a chave da abertura é a Justiça, nós temos de nos treinar apenas *na espera*. Curiosamente, também dizem os filósofos que, depois de aberta a porta, fica evidenciado que ela sempre esteve aberta. O que isso significa? Eu não sei, mas talvez sirva para dizer que o *caminho da espera* não é o caminho de uma conquista, mas justamente o caminho em que o que importa é perceber que não há o que conquistar e que tudo já está aí.

Por óbvio, também a partir disso, não é possível dizer que o *caminho da espera* é o caminho do descuido, da sornice, da preguiça ou, mais geralmente, da má vontade; pelo contrário, esse caminho talvez exija do seu caminhante um esforço de morte — que pode se manifestar de modos bastante variados, embora eu desconfie que o sofrimento-guia dessas manifestações seja sempre o mesmo.

Quando se diz que “filosofia é aprender a morrer”, por exemplo, é possível que essa mortificação não seja um conceito ou algo a ser exposto em teses acadêmicas etc. Talvez a mortificação deva realmente ser sofrida por todo aquele que verdadeiramente entrar (ou, melhor, já estiver) na senda da filosofia. E isso não significa que o filósofo precisa morrer, como um vitimado, mas que

ele deve *viver a [ou na] sua morte...* Ter essa informação ajuda? Não sei, mas está aí.

Voltando à prudência, no que consiste o “servir a Idade” ou, em outros termos, “ajustar-se à Justiça”? Tomemos Idade não como a conta de nossos dias desde o nascimento, mas como a ordenação da existência, isto é, como o colocar cada qual no seu devido lugar (ou, para ser mais preciso, o ordenar [e assim também ser] o lugar do aparecimento). O tempo todo isso está acontecendo: tudo vem sendo posto onde é preciso estar, embora muito pouco isto seja reconhecido. Servir a Idade significa ajustar-se à ordenação “natural” da vida. Nosso comportamento, no entanto, tem sido outro: o de não [querer] respeitar o que a Idade nos ordena ou, em outros termos, o de não respeitar Justiça.

### III — A mão

E o que o filósofo vê quando olha para a sua mão? Enquanto figura, talvez perceba o mesmo que qualquer um, a diferença está **i)** no fato de ele assustadoramente entender que não sabe o que está olhando e **ii)** no profundo sentimento de que nada é capaz de fazer para vê-la, calando-se assim diante da mão, resignando-se. E, nisso, nesse autêntico não saber (ou seja, nesse autêntico olhar, nesse interesse pela mão), a Idade lhe abre o aparecimento, e o filósofo então vê não mais do que a coisa: a luz.

Não se trata de uma relação de causa e efeito: não é o não saber resignado que fará com que ele veja a coisa e nem o ver a coisa que fará com que ele não saiba, mas o não saber resignado é já o ver. Desse modo, não é apenas através da experimentação da mão que a

Idade lhe abre o aparecimento, mas de tudo. Tudo é mão, tudo é coisa.

Assim o filósofo vê, assim o filósofo sabe, enquanto olha. Assim, então, *em seu ver-olhando*, ele é a mão.

O artista, por sua vez, o que vê quando olha para a sua mão? Aliás, teria ele a capacidade de ver a própria mão? Não, pois o artista não enxerga um palmo a sua frente, a não ser quando lhe é dado perceber o próprio fracasso. Para além disso, o artista não sabe nada, o artista não vê nada — e tampouco reconhece tudo isso. E se o pudesse fazer, se pudesse ver, teria uma grande visão: veria que sua mão não é sua, mas da Idade. A mão do artista é, em verdade, a mão da Justiça. Não é ele quem controla o que faz, não é ele quem produz o que produz, mas a Idade o faz por e através dele. O papel do artista é apenas o de escutar. Escutar a Idade, o que é o mesmo que lhe ter atenção. Se se empenha em fazer qualquer outra coisa além disso, ele perde o que o justifica, perde o fio que o guia na escuridão. Vale dizer, entretanto, que esse “escutar a Idade” não é o mesmo que escutar a fala do Criador da Vida, como exemplifiquei acima, mas escutar (se é que é possível) a sua gramática, a *ordem* da sua fala.

Como, porém, o artista escuta a Idade? Obrando. Entregando-se à sua obra, entregando-se ao que o cria e, sem que veja, também o ilumina. O artista não sabe como isso acontece — e nem como fazer. De repente, está lá, adjudicado ao que lhe é próprio, sendo artista.

Mas isso tudo ainda é muito vago, pouco podemos compreender sobre a escuta do artista a partir do que fora dito. Por sorte, então, para que compreendamos minimamente o que é isso, tentemos, por meio de um exemplo, nós mesmos experimentar o que

é essa escuta. Peguemos uma folha de papel em branco e nela tentemos desenhar o sol, de modo que apenas ele fique à mostra, isto é, de modo que quando alguém olhar para o desenho reconheça-o à primeira vista. Quanto mais a folha de papel, os riscos, a tinta etc. estiverem ocultos, mais o sol aparecerá, pois em um desenho nada mais importa do que o desenhado. Tentemos, portanto, desenhar o sol, de modo que o desenho não seja visto, apenas sol [ou a figura que abstratamente se entende por ele]. Se alguém se dispuser a realizar tal exercício, poderá notar algo bastante interessante: depois que decidimos por onde começar, traçamos algumas linhas e aos poucos o desenho “se transforma” em uma abertura para o sol, tanto que, antes mesmo de terminar, já o reconhecemos. Vendo isso acontecer, vamos ajustando o desenho — e, se algo sai errado, passamos a borracha e tentamos refazer o trecho perdido, como se sozinho o sol quisesse nascer. Aí está justamente a escuta: nesse abrir o sol [ou nesse se abrir do sol], ajustando o desenho para que ele se mostre da melhor maneira possível.

Outro exemplo de escuta é aquele do orador, principalmente no processo em que é preciso lhe advir os termos que melhor mostram o que ele está para dizer. Em seu discurso, a oração se vai ajustando para que abra o que é preciso. Esse “processo” de abertura é o que nos interessa, pois ele é como um modo de limpeza, um modo de deixar o que se quer às claras. Tanto o desenhista quanto o orador podem mostrar o sol, e nesse sentido o melhor desenhista e o melhor orador serão aqueles que, respectivamente, melhor depurarem o desenho e o discurso, fazendo-os desaparecer em benefício do aparecimento do sol.

Mas não nos enganemos, pois, desse modo, poderíamos dizer que a escuta do artista é um processo de percepção irrefletida sobre

como uma atividade ou outra deve ser realizada para que se chegue a um resultado. E isso dá a entender que a escuta seria um movimento em que o artista, diante da sua obra, perceberia qual deveria ser sua ação, e, a partir disso, ele mesmo agiria para concretizar o que escutara, de modo que o artista seria o agente (que faria exatamente o que fosse ditado pela Idade), isto é, o artista seria aquele que agiria sobre a obra. Mas a coisa não é assim. Todo processo artístico é semelhante ao modo como pensamos: não há alguém que pensa (não há quem aja), não há um ser pensante, há apenas pensamento, na medida em que é a Idade que o proporciona. Observemos em nós mesmos (é dizer, que eu observe em *mim* mesmo) isto que é falado. Agora. Tentemos pensar em algo. Perguntemo-nos: o que poderia eu pensar agora? De repente, então, algo surge: um assunto, um tema, algo qualquer. Mas quem decidiu por este algo? Ninguém, ele simplesmente apareceu, não fomos *nós* que decidimos. Suponhamos agora que consigamos decidir por um assunto, para que possamos dizer: *nós* decidimos o que pensar. Pensemos, portanto, no sol. No entanto, para que o sol apareça como algo a ser pensado, ele *antes* teve de aparecer para nós, de modo que nós pudéssemos dizer: “pensaremos agora sobre o sol”. Ou seja, o sol nos aparece, e só então pode ser pensado. É certo, porém, que a mera lembrança do sol não é, por si só, o pensamento. A lembrança é apenas o seu chamado ou, melhor, a lembrança é a oportunidade de caminho aberto pela Idade, e o pensamento é a ampliação dessa oportunidade, é o forçar a abertura, o manter aberto. Assim o pensamento mostra, sinaliza, e isso, como sabemos, também não somos nós que fazemos, ele acontece conforme a Idade, na medida em que, mantendo *atenção* no assunto, apenas *deixamos* que ele se amplie, cresça, como se a nossa atenção (no modo do esperar) fosse o único “elemento” necessário para o pensamento. Isso também nós podemos experimentar, basta que nos

coloquemos diante de uma questão, como, por exemplo, “o que é o sol?”. Se autenticamente tentarmos respondê-la, veremos que, a única coisa que podemos fazer é ter *atenção* à questão (ou ao assunto) e, mantendo-nos nisso, aguardar a ampliação da *possibilidade* do sol.

O esperar e o pensar, portanto, são essencialmente o mesmo, ambos modos da atenção. Neles, arte e pensamento mantêm aberto o *caminho da espera*, e assim sustentam o chão do filósofo em seu fazer filosofia, em seu ver-olhando, em seu ser aparecimento. Mas, hoje, onde está e, mais fundamentalmente, o que é a arte? Onde está e o que é o pensamento? Onde, enfim, está e o que é o *caminho da espera*, para que o filósofo tenha o seu lugar? Paradoxalmente, essas são perguntas que só o filósofo conseguiria responder. Mas onde poderíamos encontrá-lo? Cadê ele? A questão continua, porque é preciso já pertencer ao caminho da filosofia para atendê-la. Por enquanto, então, na ausência do filósofo, cabe-nos apenas *esperá-lo*...

No início do texto, falei sobre o grande desafio do artista: o de reconhecer a impureza da sua obra e assim ter de recomeçá-la. Como é possível que isso aconteça, se quem obra no artista é a Idade? Pois bem, o mistério continua, não sabemos como o artista se torna capaz de experimentar a impureza da sua obra, mas algo é certo: quando o faz, percebe que o erro no obrar não foi da Idade, mas dele próprio, que não escutou/ pensou/ esperou como deveria, de modo que seu único reconhecimento é o de que é preciso prestar mais atenção — e começar ainda mais uma vez.

